



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA – RJ**

Ref: Edital de Chamamento Público nº 007/2023

O CEMPES – Centro de Medicina e Projetos Especiais, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 19.071.461/0001-83, com sede na Rua Monsenhor Lustosa, nº 25, Centro, Barra Mansa – RJ, CEP 27.310-121, por seu representante legal **KIOMA DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, gestor administrativo, portador da identidade RG nº 21450291, expedida por DETRAN/RJ, e CPF nº 108.196.927-00, residente e domiciliado na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Alecrim, casa 02, 9 de Abril, CEP 27335-330, vem, respeitosamente, apresentar

CONTRARRAZÕES

Aos recursos administrativos interpostos pelas entidades **Instituto Multi Gestão - IMG** e **Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão de Saúde – INSAÚDE**, ambos participantes do **Chamamento Público n.º 007/2023, Processo n.º 13.399/2022**, cujo objeto é a “*celebração de contrato de gestão objetivando: Gerenciamento, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde na Unidade de Pronto Atendimento Centro - Porte III, SAD- Serviço de Atenção Domiciliar e Central De Ambulâncias.*”, pelos fatos e fundamentos jurídicos doravante expostos.

I. DA INTEMPESTIVIDADE

De início, requer que esta Comissão Especial de Chamamento não conheça dos presentes recursos, eis que intempestivos. O item 7.17 do edital do presente certame claramente dispõe o seguinte:



*7.17. Das decisões da Comissão Especial de Chamamento Público caberá recurso, que poderá ser interposto **no prazo de 5 (cinco) dias**, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção.*

Como não há expressa menção ao fato de a contagem se dar em dias úteis, impõe-se considerar que o prazo correrá em dias corridos, sobretudo porque, quando realizada a contagem de maneira diversa, o edital expressamente assim prevê, como possível observar nos itens 7.21, 13.4, 13.6, 13.10, 13.11 e 13.12.

Desse modo, tendo em vista que a publicação do resultado se deu no dia **21.12.2023**, e não havendo suspensão do cômputo nos dias não úteis – afinal, já assentada a contagem em dias corridos –, resta concluir que o prazo final para a apresentação do recurso administrativo ocorreu no dia **02.01.2024**.

Nada obstante, as referidas entidades apresentaram seus respectivos recursos no dia 05.01.2024, ambas, portanto, de modo intempestivo. Pelo exposto, postula-se que não sejam conhecidos os presentes recursos.

II. DA FALTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM RECORRER

Prosseguindo, se superada a questão da tempestividade, do que se cogita apenas em caráter retórico, requer que não sejam conhecidos os presentes recursos por falta de interesse processual, por não ter havido manifestação de interesse em interpor recurso no momento da sessão de julgamento, inexistindo em ata qualquer manifestação e/ou motivação para a interposição de peça recursal.

Deste modo, em consonância com o item 7.22 do edital que rege o certame, a falta de tal manifestação imediata e motivada importa na preclusão do direito de recurso.



7.22. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado do certame, ao final do chamamento, importará preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto de licitação pelo Presidente da Comissão ao licitante vencedor. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

Pelo exposto, não tendo havido manifestação imediata e motivada quanto ao resultado do certame por qualquer uma das recorrentes, a douta Comissão deve, portanto, adjudicar o objeto do certame ao CEMPES, uma vez que precluso o direito de recorrer dos demais concorrentes, pelo que, mais uma vez requer que não sejam conhecidos os presentes recursos.

III. DO RECURSO DO INSTITUTO MULTI GESTÃO – IMG

Quanto ao recurso do **Instituto Multi Gestão – IMG**, a entidade alega não ter havido a devida motivação para a pontuação que recebeu da douta Comissão, de modo que teria esta Comissão falhado, portanto, quanto aos seus deveres de motivação dos atos administrativos.

Ora, a entidade sustenta que a Comissão feriu seu dever de motivação quando da pontuação, mas esquece-se de, em seu próprio Recurso Administrativo, motivar as razões recursais que ensejariam à anulação desses atos, cingindo-se apenas a mencionar que seguiu os ditames previstos no Edital, e que por isso suas notas deveriam ser revistas.

Não especificou minimamente seus argumentos, faltando-lhe demonstrar em que momento e de qual forma teria cumprido os preceitos editalícios que culminariam em pontuação diversa, tampouco esclareceu por qual motivo a decisão da douta Comissão Especial de Chamamento deveria ser revista.

Dessa forma, por falta de motivação específica, entende-se que não poderá ser conhecido seu recurso, sob pena de violação do item 7.22 do instrumento convocatório:



7.22. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado do certame, ao final do chamamento, importará preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto de licitação pelo Presidente da Comissão ao licitante vencedor. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

IV. DO RECURSO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE – INSAÚDE

Quanto ao recurso do Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão de Saúde – InSaúde, alega, em apertada síntese, que o CEMPES deveria ser desclassificado, por supostamente não ter obedecido a uma exigência editalícia de horas específicas por postos de trabalho, bem como pelo fato de que supostamente o valor ofertado pela associação seria inexequível. Prossegue a entidade por pedir uma revisão completa das notas atribuídas ao CEMPES, o que, como já dito, não foi manifestado no momento oportuno, qual seja, o dia do certame, razão pela qual, reitera-se o pedido por seu não conhecimento.

Quanto à inexecuibilidade da proposta do CEMPES, a recorrente apenas menciona genericamente ser a proposta inexequível, e que “a Secretaria Municipal de Saúde de Barra Mansa” saberia disso, sem trazer qualquer fundamento ou explicação para tal alegação, sequer apresentando qualquer tipo de tabela, comparação e/ou pesquisa de preços anexas ao Recurso.

Obviamente não deve ser aceito tal argumento, em primeiro lugar, pela carência de fundamentação, mas também porque o CEMPES tem total responsabilidade com a economicidade e a exequibilidade de sua proposta. Cabe mencionar, nesse sentido, que o CEMPES inclusive realiza a gestão de Atenção Básica do município de Barra Mansa, tendo elevado o município ao patamar de melhor atenção primária na saúde no Estado do Rio de Janeiro entre os municípios com mais de 30 (trinta) mil habitantes, segundo consta nas notas do ISF. Resta claro, portanto, que esta entidade preza pela qualidade e o faz com responsabilidade



na aplicação dos recursos públicos, sendo notório o elevado padrão de qualidade apresentado perante esta municipalidade, no contrato vigente desde 2019.

Além disso, em que pese a Recorrente a todo momento tentar ludibriar a municipalidade, fica evidente que o CEMPES atendeu plenamente ao Edital do certame, baseando sua proposta nas normas trabalhistas vigentes e nos acordos e convenções coletivas do trabalho, dos quais a entidade tem pleno conhecimento, sobretudo pelo fato de gerir unidades de saúde municipais desde o ano de 2019.

Por fim, ao sugerir que o edital impõe postos de trabalho/horas mensais de trabalho, a Recorrente faz uma interpretação do instrumento convocatório divergente do que entende a **Corte de Contas da União**, a qual assevera ser *“irregular a contratação de serviços por postos de trabalho com exigência de dedicação exclusiva ou número de horas mensais, em detrimento de forma que permita a mensuração por resultados para o pagamento da contratada, sem justificativa que demonstre, de modo individualizado, para cada posto de trabalho, que é o modelo mais vantajoso para a Administração (Anexo V da IN Seges/MP 5/2017).”* (TCU, Acórdão 992/2023-Plenário).

Pelo exposto, requer a manutenção do entendimento desta douta Comissão, pelos argumentos acima apresentados, de modo que não se conheça deste Recurso, ou, em caso de conhecimento, que seja julgado improcedente.

V. DA CONCLUSÃO

Por força da inequívoca clareza das exposições anteriores, requer, respeitosamente, o seguinte:

- a. Que não sejam conhecidos os presentes recursos, posto que intempestivos e carentes de condição da ação, pela falta da manifestação imediata e motivada do interesse de recorrer (item 7.22 do Edital);
- b. Residualmente, caso seja analisado o mérito – o que cremos que não deva ocorrer –, a improcedência de ambos os recursos, pelas razões acima expostas,



a fim de que ocorra a declaração definitiva do CEMPES como vencedor do presente certame, procedendo à adjudicação do presente certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Barra Mansa, 15 de janeiro de 2024.

KIOMA DE OLIVEIRA

CEMPES – Centro de Medicina e Projetos Especiais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/011C-521C-23A2-F180> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 011C-521C-23A2-F180



Hash do Documento

655C91F9E17744D31A71B9976C1D5FDA08F6FB7351BCC2F794FABE705F45DC40

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/01/2024 é(são) :

☒ Kioma De Oliveira (PRESIDENTE INSTITUCIONAL) -

108.196.927-00 em 15/01/2024 11:45 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - CEMPES - CENTRO DE MEDICINA E

PROJETOS ESPECIAIS - 19.071.461/0001-83

